

Pobreza e privação voltaram a diminuir. E depois da pandemia? "Vão agravar-se"

Natália Faria

Em 2020, agravaram-se as dificuldades para custear uma refeição de carne ou de peixe. É já um sinal da crise que aí vem

A taxa de privação material dos portugueses, que traduz desde a dificuldade em pagar a renda ou manter a casa aquecida até à incapacidade para custear as despesas de um telemóvel, desceu quase dois pontos percentuais no ano passado: passou dos 15,1% de 2019 para os 13,5% em 2020. A partir da informação recolhida entre Abril e Setembro do ano passado, já com a pandemia instalada, mas com os respectivos efeitos colaterais ainda amortecidos pelos apoios assegurados pelo Governo, do *layoffs* moratórias, o INE confirma assim a tendência da redução da privação material verificada nos últimos anos (era de 18% em 2017).

Há, porém, um indicador que não apresentou melhorias: a proporção de portugueses incapazes de custear uma refeição de carne ou de peixe de dois em dois dias aumentou de 2,3% em 2019 para 2,5% em 2020. Parece um pormenor, mas não: "É talvez o indicador de resposta mais imediata e que permite antecipar alguns sinais da crise" que está à porta, antecipa o investigador Carlos Farinha Rodrigues.

Lembrando que a taxa de privação material é pouco específica, porque "dá o mesmo peso a uma família que não consiga pagar a casa a outra que não consiga custear as despesas de um telemóvel", este especialista em pobreza e desigualdades lembra que "não ter dinheiro para pagar electricidade ou outras despesas constantes não terá sido ainda problemático, devido às moratórias de diversos tipos" que ajudaram a amortecer os efeitos da crise pandémica.

"Enquanto na crise anterior toda a população sofreu cortes nos rendimentos, aqui não sofremos cortes nas reformas nem nos rendimentos dos funcionários públicos e tivemos mesmo um reforço de algumas transferências sociais", enfatiza Farinha Rodrigues para lembrar que, porque as políticas públicas são temporárias e também porque muitos dos inquéritos do INE foram feitos na primeira metade de 2020, "o mais provável é que o inquérito do próximo ano mostre já um agravamento das condições de vida de muitos portugueses". Outra boa notícia a pedir cautela na leitura é a diminuição do número de

pessoas em risco de pobreza: 16,2% em 2019 contra os 17,2% de 2018. "É uma evolução bastante positiva em termos globais", congratula-se o investigador do ISEG. Mas, e ao contrário do que se passa ao nível da privação material, os indicadores são relativos ao período pré-pandemia, pelo que a tendência para a redução da pobreza ver-se-á com muito mais probabilidade contrariada no próximo inquérito, por causa dos danos colaterais do novo coronavírus.

"O desemprego vai ter um impacto muito significativo e o mais plausível é que tenhamos em 2020 um agravamento da pobreza, que pode ou não significar uma inversão de ciclo, consoante a recuperação económica que se vier a realizar", diz Farinha Rodrigues. O investigador lembra que este indicador vai oscilando de ano para ano para corresponder a 60% da mediana do rendimento por adulto de cada país. Em 2019, couberam aqui todos os que dispunham de rendimentos monetários líquidos anuais por adulto inferiores a 540 euros por mês (6480 euros/ano). Se o rendimento da população baixar na generalidade, esta "linha" de pobreza baixa também, o que poderá excluir das estatísticas oficiais pessoas que, continuando pobres, auferem acima de 60% da mediana.

O mais provável é que o inquérito do próximo ano mostre já um agravamento das condições de vida de muitos portugueses

Farinha Rodrigues
Investigador

Feita esta ressalva, o inquérito do INE fixa em mais de dois milhões os portugueses que em 2019 estavam em risco de pobreza ou exclusão social. Mas, sendo verdade que a taxa de risco de pobreza para os adultos em idade activa diminuiu para 14,2% em 2019 (menos dois pontos percentuais que em 2018), o mesmo não se aplica aos menores de 18 anos e aos idosos: aqui, os riscos aumentaram para 19,1% e 17,5%, respectivamente. Entre os reformados o risco de pobre-



Nas famílias com três ou mais crianças, o risco de pobreza é de 39,8%

Taxa de risco de pobreza em Portugal

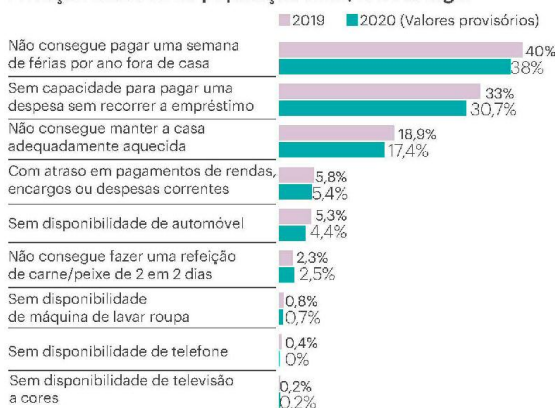
Após transferências sociais



Segundo a condição perante o trabalho



Privação material na população total, em Portugal



Fonte: INE

za agravou-se ligeiramente dos 15,2% de 2018 para os 15,7% do ano seguinte. Entre as famílias com crianças, normalmente um dos subgrupos mais fustigados pelas dificuldades materiais, a diminuição do risco de pobreza baixou 1,3 pontos percentuais, tendo-se fixado nos 17%. Nas famílias sem crianças, esse valor também baixou para os 15,4% (menos 0,8 pontos percentuais).

Crianças aumentam risco

Seja como for, e como o INE sublinha, "a presença de crianças num agregado familiar continuou em 2019 a estar associada a um risco de pobreza acrescido". Se nos fixarmos nos agregados compostos por um adulto com pelo menos uma criança, a taxa de risco de pobreza sobe aos 25,5%. Já nas famílias com dois adultos e com três ou mais crianças, o valor dispara para os 39,8%. "É uma brutalidade e aqui houve um agravamento de quase dez pontos percentuais", esmiúça o investigador, para quem "as crianças em situação de pobreza exigem medidas muito selectivas e muito dirigidas a este tipo de famílias", num processo "complexo porque implica a conjugação da melhoria dos recursos monetários com questões ligadas à educação e saúde".

A nota positiva é que a percentagem de trabalhadores pobres baixou de 10,8% em 2018 para os 9,6% do ano seguinte. Por outro lado, "a redução da taxa de pobreza ocorreu em todas as regiões do país, nomeadamente nas regiões autónomas". Em termos gerais, se considerássemos apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 42,4% dos portugueses estariam em risco de pobreza antes de a pandemia ter começado. Os rendimentos provenientes de pensões e reformas desagravam esse risco para os 21,9%. E só quando a isto somamos as transferências sociais é que a taxa desce em 5,7 pontos percentuais para os referidos 16,2%. Apesar da diminuição do número de pessoas em risco de pobreza registado em 2019, o INE sublinha que a taxa de intensidade da pobreza entre os que dela padecem se densificou para os 24,4%, contra os 22,4% do ano anterior. Por outro lado, se à taxa de risco de pobreza somarmos os indivíduos que vivem em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida (em que os adultos trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível) ou em situação de privação material severa, a proporção dos portugueses em risco fixa-se nos 19,8%, menos 1,8 pontos percentuais do que no ano anterior.